

ATA DA 160ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro (22.04.2024), às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) para a sua 160ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as presenças de todos os membros do Colegiado. Constatou-se ainda as presenças do Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), do Dr. Celsimar Custódio Silva, Promotor de Justiça Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, e demais membros da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da pauta, que consistiu em: 1. Eleição de Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins; 2. Eleição de integrantes da Comissão Permanente de Segurança Institucional; 3. Eleição de integrantes do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública; e 4. Eleição de integrantes do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente. Primeiramente, o Dr. Ricardo Vicente da Silva fez uso da palavra para parabenizar o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) pela escolha dos integrantes da lista tríplice destinada à vaga de Desembargador pelo Quinto Constitucional, os Procuradores de Justiça João Rodrigues Filho, José Demóstenes de Abreu e Leila da Costa Vilela Magalhães, a quem teceu elogios, exaltando seus currículos invejáveis, com atuações destacadas na Instituição. Disse estar feliz, tendo saído do pleito com a cabeça erguida e a alma limpa, que continuará seu curso de Mestrado em Linguística Aplicada, com a pretensão de fazer também o Doutorado, e que se encontra animado para continuar o seu trabalho no Ministério Público, a serviço dos membros e, principalmente, do Procurador-Geral de Justiça. Registrou ainda que, ao contrário do pensamento comum de que todo pleito gera desgaste, sai mais amigo de todos os que concorreram à referida vaga, ou seja, além dos componentes da lista tríplice, as Procuradoras de Justiça Maria Cotinha Bezerra Pereira e Ana Paula Reigota Ferreira Catini. Fez votos de que o novo Desembargador represente muito bem a Instituição, manifestando estar pronto para contribuir com o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público. O Presidente parabenizou os Procuradores de Justiça que compunham a lista sêxtupla inicialmente encaminhada pelo MPTO, destacando que todos têm gabarito para estar junto ao Poder Judiciário, com uma história de vida na Instituição, capacidade e qualidades para exercer o cargo de Desembargador. Desejou boa sorte aos integrantes da lista tríplice, rogando que o Governador tenha inteligência e sabedoria e que Deus possa iluminá-lo, de modo a fazer a melhor escolha possível para o Estado do Tocantins. A Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira também cumprimentou a todos os colegas que compuseram a lista sêxtupla, bem como os escolhidos para a lista tríplice, pela dedicação e vontade de contribuir com o Sistema de Justiça, desejando sucesso a cada um. Dando início à ordem do dia, a Secretária registrou as desistências (i) do Promotor de Justiça Rui Gomes Pereira da Silva Neto à coordenação do Centro de Apoio Operacional Criminal; e (ii) do Promotor de Justiça Adailton Saraiva Silva à composição do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública. Procedeu-se então à eleição de Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins (ITEM 1). Na oportunidade, a palavra foi concedida à Promotora de Justiça Isabelle Rocha Valença Figueiredo, atual Coordenadora e postulante à recondução no Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid), para a defesa de sua candidatura, requerida nos termos do art. 70, VII, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça,

que ora se registra: (i) iniciou sua trajetória no Caoccid, em mandato complementar, diante da saída da Dra. Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, colocada à disposição da Corregedoria Nacional do Ministério Público; (ii) sua gestão se iniciou, de fato, em 2022, e, desde então, foi possível criar bases fundacionais para o trabalho desenvolvido, principalmente, em defesa das vítimas e das comunidades mais vulneráveis que estavam afastadas do Ministério Público; (iii) ainda em 2022 foi criado o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais Violentos (Navit), com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, atendendo inicialmente à Capital e, pontualmente, o interior do Estado; (iv) em 2023 construiu-se o alicerce para que o Navit se expanda às Comarcas de Araguaína e Gurupi, havendo tratativas para a ampliação do serviço a todas as comarcas do Estado, a partir de 2025; (v) em paralelo, desenvolveu-se uma cartilha que trata do desaparecimento de pessoas no Tocantins, o fomento e a criação de uma autoridade central estadual de desaparecidos, uma conquista da articulação ministerial; (vi) implementou-se políticas no Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) e no Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), levadas ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação em grandes eventos; (vii) desenvolveu-se o programa Minicidadeão, com atendimentos a crianças da Capital e em algumas cidades do interior para a emissão de carteiras de identidade, visando à sua proteção; (viii) iniciou-se tratativas com grupos das comunidades indígenas e quilombolas, com a visão institucional de defesa dos direitos humanos e vulnerabilidades, sempre distanciada de questões político-partidárias; (ix) os primeiros dois anos de gestão foram de “plantação”, de modo que espera poder “colher os frutos” em um novo mandato; (x) anseia que o Colegiado não leve em consideração fatores alheios à avaliação do trabalho desenvolvido; (xi) disse ter a certeza absoluta de que a vocação institucional com que os trabalhos foram conduzidos não deixam que o Colégio de Procuradores de Justiça desminta os elogios feitos pela Corregedoria Nacional e pelo Órgão Correicional local; e (xii) a atuação do Caoccid foi técnica e bem conduzida, inclusive com o reconhecimento dos integrantes da Instituição, de modo que espera uma análise estritamente sobre o trabalho realizado para a escolha do próximo coordenador, ressaltando que ficaria muito sentida caso houvesse interrupção do seu *mister* por outras questões. Ato contínuo, concedeu-se a palavra à Promotora de Justiça Cynthia Assis de Paula, candidata à coordenação do Caoccid, para a defesa de sua candidatura, também requerida nos termos regimentais, que ora se registra: (i) colocou seu nome para disputar o pleito porque tem um projeto para esse importante Centro de Apoio; (ii) em 14 (quatorze) anos de MP compreendeu que a Instituição vem incentivando a participação efetiva de todos os membros na consolidação de conquistas históricas, no aperfeiçoamento profissional permanente e na necessidade de ser uma resistência aos constantes ataques sofridos no tocante às garantias e prerrogativas constitucionais; (iii) além dos trabalhos nas Procuradorias e Promotorias de Justiça, se faz importante o compartilhamento das visões e ideais em todos os espaços internos de atuação profissional; (iv) acreditando nisso, teve a honra de ser designada por este Colegiado para dirigir o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf-ESMP), oportunidade em que consolidou, dentre outros projetos, o curso de pós-graduação, pensado e executado por membros e servidores para os integrantes da Instituição; (v) no tocante ao Caoccid, se sente preparada para executar projeto que visa efetivar direitos humanos e cidadania em todo o Estado do Tocantins, a começar pela construção de um fluxo de atendimento às pessoas vítimas de violência, notadamente aqueles para os quais a legislação impõe, normativamente, a notificação compulsória, a exemplo do idoso e da mulher; (vi) o projeto ora apresentado visa principalmente incentivar a cidadania ativa aos hipervulneráveis, tão carecedores de informações e de direitos, e, nesse ponto, tendo em vista as grandes atribuições do Caoccid, entende que é

para todos, quilombolas, pessoas com deficiência, negros ou população LGBTQIAPN+; (vii) está convencida de que o caminho a seguir passa pelo diálogo entre as instituições, bem como o compartilhamento de informações de protocolos de atendimento entre as diversas Promotorias de Justiça e as unidades da Polícia Militar e da Polícia Civil, serviços locais de saúde, de assistência, Corpo de Bombeiros e universidades; (viii) alinhado a essa construção, conheceu, no final de 2022, projetos da Escola de Saúde Pública do Hospital Albert Einstein, em São Paulo-SP, com recursos humanos e capacidade técnico-científica para realizar trabalho em conjunto com o Caoccid e as Promotorias de Justiça; (ix) quanto à Mulher, diante de todo o somatório dos índices de violência e de vulnerabilidades, apresenta projeto com o objetivo do enfrentamento da triste realidade, que constrange e configura na submissão dela a atos de violência doméstica e familiar; (x) está convencida de que o caminho passa por ações de conscientização social, mas também pelo aperfeiçoamento institucional do órgão que detém a titularidade da ação penal; (xi) construir diálogo com todas as promotorias criminais para o desenvolvimento de ações concretas e, se necessário, forças-tarefas para conferir mais agilidade aos inquéritos e ações penais; (xii) o projeto ora apresentado não implica em deixar de executar os demais, que vêm sendo conduzidos pela atual gestão, pois acredita que o Ministério Público é uno e indivisível, e a continuidade de todas as ações que permitam efetivar cidadania e direitos humanos constitui dever civilizatório para todos os que recebem a honrosa missão de coordenar o Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher. Logo após, autorizou-se a configuração do sistema de votação eletrônica do MPTO, definindo o prazo de 10 (dez) minutos para o sufrágio. Encerrado o prazo, procedeu-se à apuração, em que se constatou os seguintes resultados: (i) Consumidor, Cidadania, Direitos Humanos e Mulher (Caoccid): Cynthia Assis de Paula (8 votos – eleita) e Isabelle Rocha Valença Figueiredo (4 votos); (ii) Patrimônio Público (Caopp): Vinicius de Oliveira e Silva (13 votos – reeleito); (iii) Criminal (Caocrim): Juan Rodrigo Carneiro Aguirre (13 votos – reeleito); (iv) Saúde (Caosaúde): Thiago Ribeiro Franco Vilela (13 votos – eleito); (v) Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma): Francisco José Pinheiro Brandes Júnior (12 votos – reeleito); e (vi) Infância, Juventude e Educação (Caopije): Sidney Fiori Júnior (13 votos – reeleito). Com a palavra, a Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini frisou ser de extrema importância a participação dos Promotores de Justiça nos pleitos, considerando que tem havido poucos candidatos em geral, de modo que fica o alerta para que o Colégio de Procuradores de Justiça possa viabilizar alguma forma de limitar as reconduções, com o fim de estimular mais inscrições. Salientou que há excelentes membros no MPTO, que poderiam participar em nível de igualdade, deixando clara a atuação louvável dos coordenadores reconduzidos. Em reforço, o Dr. Marco Antonio Alves Bezerra disse ter lançado essa ideia antigamente, que não prosperou, pois lhe incomoda a perpetuação, como se não houvesse opções em um universo de muitos Promotores de Justiça. Enalteceu os atuais coordenadores dos Centros de Apoio, alguns de renome nacional, com trabalhos brilhantes, ressaltando, porém, que ninguém é insubstituível, e que outro membro poderia se desafiar a continuar a gestão de excelência e acrescentar algo a mais. Parabenizou a todos os eleitos e demais inscritos, exaltando o trabalho que a Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo desenvolveu à frente do Caoccid, sobretudo no tocante às pessoas desaparecidas e ao Navit. A Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira também parabenizou a todos os membros eleitos, bem como à então Coordenadora do Caoccid pelo trabalho maravilhoso que desenvolveu. Desejou à Dra. Cynthia Assis de Paula uma excelente gestão, assim como aos demais coordenadores, e, na condição de Diretora-Geral do Cesaf-ESMP, disse aguardá-los para trabalhar juntos em eventos e cursos, tal qual já vem sendo feito. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira parabenizou a todos os colegas que se elegeram e à Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo, sua amiga e colega, que certamente voltará revigorada para

ocupar tantos outros postos no *Parquet*. Manifestou-se no sentido de que o Ministério Público é grandioso e que as pessoas passam, porém a Instituição permanece. Consignou ainda que a continuidade não deve ser da coordenação ou das respectivas equipes, mas dos programas institucionais, conforme Planejamento Estratégico para o período 2020-2029, estabelecido por exigência do Conselho Nacional do Ministério Público, em que os membros e a comunidade apontaram os objetivos e as prioridades institucionais. Salientou ainda a necessidade de apoio da Administração, com tratamento igualitário a todos os centros de apoio, sem qualquer tipo de polarização institucional. O Presidente também parabenizou a todos os coordenadores eleitos e à Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo, cujo trabalho tem se destacado nacionalmente, inclusive com representação institucional em um grandioso evento realizado recentemente em São Paulo-SP, de modo que fica o reconhecimento da Administração por todo o seu esforço nesse mandato. Congratulou os membros reconduzidos e, de forma especial, a Dra. Cynthia Assis de Paula, que se elegeu ao Caocid de forma justa, com todos os méritos, frisando que a Procuradoria-Geral de Justiça sempre buscará atender aos seus pleitos, dentro do possível. Registrou que, ao assumir a Chefia da Instituição, o Caoma e o Caocid já dispunham de mais servidores que os demais centros de apoio, uma questão que realmente precisa ser analisada. Lembrou ter apresentado formalmente, em 2022, proposta no sentido de permitir apenas uma recondução para os coordenadores de Caop's e integrantes da CPSI e do GAESP, que restou rejeitada à época, o que não impede que, diante de novos entendimentos a respeito, o Colegiado possa reanalisar a questão, caso sobrevenha nova proposta. E, no tocante a eventual existência de polarização, destacou ser muito ruim quando se perde algo por esse motivo, uma situação que precisa ser findada. Em seguida, passou-se à eleição de integrantes da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) (ITEM 2). Na ocasião, a palavra foi concedida ao Promotor de Justiça Paulo Alexandre de Rodrigues Siqueira, candidato à CPSI, para a defesa de sua candidatura, requerida nos termos regimentais, que ora se registra: (i) há muitos anos defende a tese de que as eleições para essas funções sejam como as de Corregedor-Geral do Ministério Público e de Procurador-Geral de Justiça, ou seja, um mandato prorrogável apenas uma vez; (ii) pela quarta vez consecutiva concorre ao pleito para integrar a Comissão Permanente de Segurança Institucional, sendo este o seu segundo sonho institucional, atrás apenas do desejo de ser um Promotor de Justiça da Capital; (iii) o seu projeto institucional para a CPSI, replicando as Forças Integradas de Segurança do Estado de Goiás, visa a criação da Força Permanente de Segurança Institucional, reunindo as forças policiais para compartilhar inteligência e informações com o fim de proteger os integrantes da Instituição; (iv) com a proximidade das eleições municipais, os promotores criminais se encontram mais suscetíveis a ameaças; (v) sua proposta consiste ainda na criação de mais oficinas, rodas de conversa e cursos voltados à área; e (vi) parabeniza a todos os concorrentes, merecedores da função, mas pede o voto para que possa demonstrar sua vontade e, acima de tudo, garantir a alternância das posições de destaque do Ministério Público. Após, autorizou-se a configuração do sistema de votação eletrônica do MPTO, definindo o prazo de 5 (cinco) minutos para o sufrágio. Encerrado o prazo, procedeu-se à apuração, em que se constatou o seguinte resultado: Marcelo Ulisses Sampaio (13 votos – reeleito), Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro (12 votos – eleita), Luiz Antônio Francisco Pinto (11 votos – eleito), Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira (3 votos – suplente) e Adailton Saraiva Silva (nenhum voto). Na sequência, procedeu-se às eleições de integrantes do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP) (ITEM 3) e de integrantes do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA) (ITEM 4). Na oportunidade, a palavra foi concedida ao Promotor de Justiça Paulo Alexandre de Rodrigues Siqueira, candidato ao GAESP, para a defesa de sua candidatura, requerida nos termos regimentais,

que ora se registra: (i) a intenção de concorrer ao presente pleito advém da ideia de dar continuidade ao trabalho iniciado pelo então Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP), que compunha com os Promotores de Justiça Francisco José Pinheiro Brandes Júnior e Roberto Freitas Garcia, de 2016 a 2019; (ii) o grupo, ainda em fase inicial, propusera várias ações exitosas, tais como as ACP's que tinham por objeto os concursos públicos das Polícias Militar, Civil e Penal, a retirada da Umanizzare dos presídios do Tocantins, além de um trabalho que ajudou na construção da carreira da Polícia Civil; (iii) após essa experiência inicial, pede o voto para que, junto aos demais colegas que se candidataram, possa trabalhar em prol da efetividade na segurança pública, na fiscalização, no controle externo e no bom convívio com as instituições. Logo após, autorizou-se a configuração do sistema de votação eletrônica do MPTO, definindo o prazo de 5 (cinco) minutos para o sufrágio. Encerrado o prazo, procedeu-se à apuração, em que se constatou os seguintes resultados: (i) Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública: João Edson de Souza (13 votos – reeleito), Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira (13 votos – eleito) e Rafael Pinto Alamy (13 votos – eleito); (ii) Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente: Adailton Saraiva Silva (13 votos – eleito), Francisco José Pinheiro Brandes Júnior (13 votos – eleito), Mateus Ribeiro dos Reis (13 votos – eleito), Rui Gomes Pereira da Silva Neto (13 votos – eleito) e Octahydes Ballan Júnior (11 votos – eleito). O Drs. Marco Antonio Alves Bezerra, Maria Cotinha Bezerra Pereira e Vera Nilva Álvares Rocha Lira parabenizaram a todos os candidatos e membros eleitos, desejando-lhes excelentes mandatos. A Secretária registrou, na ocasião, que os atuais mandatos dos CAOP's e da CPSI se encerram em 25/04/2024; já do GAESP e do GAEMA, em 23/04/2024. Com a palavra, a Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães cumprimentou a todos os Promotores de Justiça eleitos, ressaltando que o Colegiado espera destes uma atuação pautada nos projetos institucionais estabelecidos no Planejamento Estratégico, com inovações que também são sempre bem vindas, contando, para isso, com o apoio da Administração Superior. O Dr. Ricardo Vicente da Silva, por sua vez, registrou que teria considerações a fazer sobre vários membros da Instituição, porém destacou a Promotora de Justiça Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro, um exemplo de dedicação, conhecimento e cultura, parabenizando a todos os candidatos em seu nome. A Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini também parabenizou a todos os eleitos, bem como ao Colégio de Procuradores de Justiça, que sabiamente fez escolhas corretas e criteriosas, destacando que a Instituição precisa deste Colegiado forte, coerente e unido, o que restou demonstrado na presente sessão. E, reportando à escolha dos integrantes da lista tríplice destinada à vaga de Desembargador pelo Quinto Constitucional, desejou boa sorte aos colegas e que sejam felizes. Salientou ainda que, independentemente da escolha que for feita, com certeza honrará o Ministério Público, a carreira jurídica e o bem da sociedade tocantinense, registrando que muito lhe honrou ter participado de todo o processo, em que foi indicada para a lista sêxtupla pelo Conselho Superior do Ministério Público, bem como os anos dedicados à Instituição, sentindo-se com o dever cumprido. Enfatizou as escolhas feitas com consciência na presente sessão e que, acima de tudo, constitui-se um Ministério Público coeso, havendo necessidade de um olhar atento à Instituição. A Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira registrou ter cumprimentado pessoalmente os Procuradores de Justiça integrantes da lista tríplice, ressaltando que se tratava de apenas uma vaga para seis grandes nomes, incluindo o seu, considerando-se dedicada para tanto. Consignou ter ficado honrada em participar do processo e considerou justo o critério de antiguidade aplicado, não se sentindo prejudicada ou ressentida. Afirmou ainda que o escolhido certamente honrará o nome do Ministério Público perante o TJTO, de modo que parabeniza a todos e deseja boa sorte àquele que o Governador escolher. A palavra foi concedida ao Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da ATMP, que parabenizou e desejou sucesso aos membros

integrantes da lista tríplice destinada à vaga de Desembargador, tendo plena convicção de que, independentemente da escolha, o Poder Judiciário estará muito bem servido. Parabenizou a todos os colegas Procuradores e Promotores de Justiça que participaram do pleito, desde os que se inscreveram inicialmente para concorrer à lista sêxtupla pelo Conselho Superior até os integrantes da lista tríplice, destacando que o Ministério Público sai fortalecido de todo o processo, cabendo agora apenas aguardar a decisão do Governador. Congratulou ainda os membros eleitos, na presente sessão, para os CAOP's, a CPSI, o GAESP e o GAEMA, todos promotores que reúnem os predicados necessários para o exercício dessas funções, destacando a democracia presente na Instituição, sendo o MPTO o único a fazer as escolhas de forma colegiada. Parabenizou também o Colégio de Procuradores de Justiça pela condução dos pleitos com muita serenidade, sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti. O Presidente parabenizou a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira pela condecoração com a Medalha Tiradentes, a maior honraria concedida pela Polícia Militar do Estado do Tocantins, dizendo-se muito feliz que um membro da Instituição tenha sido prestigiado, de forma merecida, com tamanha honraria. Registrou que, em 19/04/2024, foi assinado o Pacto Nacional pela Consciência Vacinal e realizada a solenidade de premiação das prefeituras com o "Selo Município Amigo da Vacina", por alcançarem bons resultados em relação à vacinação em 2023, como parte do projeto "MP na Vacina", idealizado pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde, o que talvez tenha sido uma despedida com "chave de ouro" para a então Coordenadora do Caosaúde, Dra. Araújo Cesárea Ferreira dos Santos D'Alessandro. Registrou, a todos os Coordenadores de CAOP's, componentes de núcleos e grupos, que a Administração está à disposição para, no que for possível, atender e conferir efetividade aos seus pedidos, bem como a todos os integrantes da Instituição. Por fim, o Dr. Ricardo Vicente da Silva rendeu aplausos à Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira pela condecoração com a Medalha Tiradentes, enaltecendo sua personalidade ímpar, com firmeza e justiça, a quem admira e respeita. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezoito horas (18h), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti
Leila da Costa Vilela Magalhães
Vera Nilva Álvares Rocha Lira
João Rodrigues Filho
José Demóstenes de Abreu
Ricardo Vicente da Silva
Marco Antonio Alves Bezerra
Jacqueline Borges Silva Tomaz
Ana Paula Reigota Ferreira Catini
Maria Cotinha Bezerra Pereira
Moacir Camargo de Oliveira
Marcos Luciano Bignotti
Miguel Batista de Siqueira Filho